

PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA SOBRE EMPREENDEDORISMO SOCIAL ENTRE 2000 E 2012

Teodoro Malta Campos – UNINOVE/SP¹
Cristina Dai Prá Martens – UNINOVE/SP²
Marcelo Rosa de Resende- UNINOVE/SP³
Viviane Celina Carmona – UNINOVE/SP⁴
Edmilson Lima – UNINOVE/SP⁵

Resumo: O presente artigo tem por objetivo analisar como o tema empreendedorismo social vem sendo estudado no Brasil. A revisão da literatura permitiu compreender três tipos de objetivos de empreendimentos sociais: comunitários, inclusão social e emancipação social. Também foi possível verificar diferentes tipos de definições juntamente com quatro tipos de empreendedores social: individual, grupo de pessoas, comunidade e organizacional. A pesquisa foi realizada por meio da análise da produção científica nacional publicada em periódicos científicos ligados à Administração, qualificados pela CAPES com classificação igual ou superior a B3. Ao todo, foram identificados 76 artigos publicados em 31 periódicos no período de 2000 a 2012. Os resultados apontaram para uma predominância de empreendimentos sociais concebidos no formato de organizações do terceiro setor e cooperativas. A maioria dos empreendimentos sociais é oriunda de ações organizacionais, não possui finalidade lucrativa e tem como missão contribuir para a inclusão e emancipação social. Em termos de metodologia de pesquisa, a predominância é a de trabalhos teórico-empíricos com abordagem qualitativa, e as técnicas de coleta de dados mais utilizadas são entrevistas e levantamento documental. São identificadas lacunas de estudos no que se refere ao impacto social do empreendimento, captação de recursos e patrimônio coletivo.

Palavras-chaves: Empreendedorismo Social; Missão Social; Inclusão Social; Pesquisa em Empreendedorismo.

BRAZILIAN SCIENTIFIC PRODUCTION ON SOCIAL ENTREPRENEURSHIP FROM 2000 TO 2012

Abstract: This article aims to analyze how the social entrepreneurship is being studied in Brazil. The literature review allowed us to understanding three types of objectives of social enterprises: community oriented, social inclusion and social emancipation. It was possible to verify different kinds of definitions along with four types of social entrepreneurs: individual, group of individuals, community and organizational. The data was collected from the Brazilians scientific production

¹ E.mail: teodoro@gruposerintegral.com.br. Endereço: Av. Francisco Matarazzo, 612, 1º andar, Prédio C - Água Branca. 05001-100 São Paulo, Brasil.

² E.mail: cristinadpmartens@gmail.com.

³ E.mail: marcello_resende@uol.com.br.

⁴ E.mail: vividicaprio@hotmail.com.

⁵ E.mail: edmilsonolima@gmail.com.

published in journals of management, qualified by CAPES as B3 or higher. We identified 76 articles published in 31 journals between 2000 and 2012. The results showed a predominance of social enterprises designed in the shape of nonprofit organizations and cooperatives. Most social enterprises comes from organizational actions, has no lucrative purpose and its mission is to contribute to inclusion and social emancipation. In terms of research methodology, the predominance of the work is theoretical and empirical qualitative approach. The techniques of data collection most used are interviews and document analysis. Gaps of studies were identified regarding the social impact of the social venture, fundraising and collective heritage.

Keywords: Social Entrepreneurship; Social Mission; Social Inclusion; Research in Entrepreneurship.

Introdução

Antes de tudo, vale dizer que o empreendedorismo social é um tema que tem chamado à atenção de pesquisadores devido ao aumento de ações movidas por pessoas ou grupos empresariais que apresentam cunho social. Isto porque na pauta da sociedade civil contam assuntos como: diminuição de desigualdades sociais, redução da pobreza, desenvolvimento econômico de classes sociais menos favorecidas e defesa do meio-ambiente. Contudo, em muitas situações, os governos dos países sofrem dificuldades em lidar com a complexidade intrínseca existente nas mazelas sociais, fazendo com que surja uma tendência em diversos países de abrir espaço para a criação de ações voltadas para diminuição das assimetrias sociais, algumas das quais podendo ser consideradas empreendimentos sociais (PARENTE *et al.*, 2011).

Nesse contexto, o Brasil com suas dimensões continentais e diferenças econômicas e regionais, tem sido foco para o surgimento de diversos empreendimentos de natureza social. O favorecimento para a criação de empreendimentos sociais no Brasil segue a tendência mundial de ações que caberiam inicialmente ao Estado, mas que acabaram sendo desenvolvidas por membros da sociedade civil (RODRIGUES; RISCAROLLI; ALMEIDA, 2006).

No âmbito da pesquisa científica, Fischer (2011) destaca que pouquíssimos estudos se aprofundaram devidamente sobre o entendimento do empreendedorismo social no Brasil. Dessa escassez decorre a falta de elementos que contribuam para a

caracterização do empreendedorismo social na realidade brasileira, bem como da pesquisa científica nessa temática.

Nesse sentido, o presente artigo pretende dar subsídios para suprir tal lacuna e contribuir para o desenvolvimento do campo de pesquisas sobre empreendedorismo social no Brasil, tendo o objetivo de analisar como o tema empreendedorismo social vem sendo estudado no Brasil. Para isso, foi realizado um estudo sobre a produção científica nacional publicada em revistas científicas da Administração qualificadas pela CAPES, entre os anos de 2000 a 2012.

São objetivos secundários deste trabalho: apresentar um panorama sobre o desenvolvimento da pesquisa científica a respeito de empreendedorismo social no Brasil nos últimos 12 anos; apontar elementos que auxiliem na caracterização do empreendedor social brasileiro, considerando a origem do empreendedor social, a finalidade financeira (ou não) e social do empreendimento.

Para isso, o artigo está estruturado da seguinte forma: o item dois faz uma breve retomada conceitual no intuito de embasar a pesquisa e análise da produção científica sobre empreendedorismo social; o item três apresenta os procedimentos metodológicos que envolveram a busca, seleção e análise dos artigos; o item quatro faz a descrição e análise dos dados; o item cinco aponta lacunas e oportunidades de estudo na temática; e por fim, no item seis são feitas as considerações finais.

Fundamentação Teórica

Convém ressaltar que neste item se faz uma retomada da literatura para embasar o estudo a respeito do empreendedorismo social. Adotou-se como objetivo ter o foco na definição e tipos de empreendedorismo social, de modo a dar subsídios para a análise da produção científica nacional sobre o tema.

Objetivos do Empreendedorismo Social

O empreendedorismo social é originário do campo de estudos do empreendedorismo apresentando como particularidade o foco de interesse no

impacto social do empreendimento. O empreendedorismo em sua vertente tradicional encontra-se associado à figura de um empreendedor que busca para si ganhos financeiros. O empreendimento social apresenta um objetivo diferente quando comparado com o objetivo de um empreendimento tradicional, em razão de estar voltado para o desenvolvimento e aprimoramento de uma comunidade, a qual, via de regra, apresenta condições econômicas precárias como: baixa renda dos integrantes e pouca oferta de empregos (MORT; WEERVARDENA; CARNEGIE, 2003).

Melo Neto e Froes (2002) explicam que o empreendedorismo social foi se desenvolvendo com o objetivo de prover meios de melhoria de comunidades, as quais são viabilizadas por ações voltadas para o desenvolvimento humano, social e sustentável. Aqui a figura do empreendedor social é apresentada como um ator social de vital importância para o êxito do empreendimento, apresentando como qualidade básica o foco de preocupação sobre as questões sociais e coletivas.

A inclusão social representa outro objetivo do empreendedorismo social. Esse objetivo pode ser alcançado com o desenvolvimento de redes de colaboração solidária, que proporcionam a melhoria das condições de vida dos participantes. Dessa forma, para evoluir, os empreendimentos sociais demandam um forte espírito de cooperação entre as pessoas (VIDAL; FARIAS; COELHO, 2004).

Fischer (2011) acrescenta que o combate à pobreza e a consequente emancipação social do indivíduo são elementos que fazem parte do rol de objetivos do empreendedorismo social. Neste ponto, a autora explica que a pobreza é a incapacidade do indivíduo de assegurar para si e para seus dependentes meios de subsistência. A emancipação social só ocorre no momento em que o indivíduo consegue desenvolver atividades de cunho econômico capazes de lhe outorgar a capacidade de gerar o seu próprio sustento.

Parente *et al.* (2011) agregam para o presente raciocínio que empreendimentos sociais muitas vezes atuam em situações nas quais a competência jurídica inicial para agir é de órgãos governamentais. No entanto, por razões diversas, os órgãos públicos não exercem o seu papel, abrindo a oportunidade para o desenvolvimento do empreendimento social. Sendo assim, preencher lacunas da atuação estatal é outro objetivo do empreendedorismo social.

Ante o exposto, é possível verificar que os objetivos do empreendedorismo social apresentados pelos autores são complementares entre si. Nessa linha, um empreendimento social tem por finalidade desempenhar um papel que caberia inicialmente ao estado, realizando algum tipo de atividade em uma comunidade que apresenta escassez econômica, impactando no desenvolvimento humano e social de seus integrantes e possibilitando meios para estimular a emancipação desses participantes enquanto cidadãos.

Apresentados os objetivos, cabe destacar as definições de empreendedorismo social.

Definições de Empreendedorismo Social

Com base na revisão de literatura realizada, foi possível identificar diversas definições sobre empreendedorismo social, tanto no âmbito da literatura internacional, quanto no domínio das pesquisas brasileiras. Desta forma, foram selecionadas seis definições para serem destacadas no Quadro 1.

Quadro 1 - Conceitos de Empreendedorismo Social.

Definição	Autor
Empreendedorismo social combina elementos do empreendedorismo tradicional com o propósito de inovar na ordem social.	Seelos e Mair (2005)
O empreendedorismo social pode ser definido como um processo que inclui: a identificação de um problema social específico e sua respectiva solução. Neste processo há a avaliação do impacto social, do modelo de negócio e da sustentabilidade do empreendimento, juntamente com a criação de uma missão social orientada para fins lucrativos ou não, sempre levando em conta a sustentabilidade social.	Robinson (2006)
O empreendedorismo social possui três componentes fundamentais: (1) identificação de um ambiente social estável, porém injusto, uma vez que a estabilidade gera a exclusão, a marginalização ou o sofrimento de um segmento da população o qual carece de meios financeiros ou influência política para alcançar qualquer benefício de transformação por conta própria; (2) identificação de uma oportunidade neste equilíbrio injusto, para desenvolver uma proposta de valor social a qual possibilita o surgimento de aspectos de inspiração, criatividade, ação direta, coragem e força, desafiando assim, a hegemonia da estabilidade socialmente injusta, e (3) forjar um novo equilíbrio para abrir possibilidades de expressão de potenciais que se encontram aprisionados ou aliviar o sofrimento de um determinado grupo de pessoas por meio da imitação e da criação de um ecossistema que gere um novo equilíbrio e garanta um	Martin e Osberg (2007)

futuro melhor para esse grupo e até mesmo alcance toda a sociedade.	
O empreendedor social pensa socialmente e suas ações levam em conta os aspectos humano e coletivo, ao invés de econômico e individual.	Melo Neto e Froes (2002)
Empreendedores sociais buscam incrementar o desenvolvimento socioambiental de comunidades esquecidas pelo crescimento econômico capitalista, para promover a inclusão daqueles despojados de condições físicas, sociais e econômicas, necessárias para a sua inserção como pessoa, consumidor e cidadão, gerando possibilidades para que cada qual se emancipe por sua própria conta.	Fischer (2011)
Empreendedores sociais realizam inovações sociais combinando métodos ligados a entidades filantrópicas com métodos de gestão de uma empresa privada, objetivando criar valor social de forma sustentável e com potencial de impacto em larga escala.	Parente <i>et al.</i> (2011)

Fonte: Os Autores, 2012.

Analisando as três primeiras definições, oriundas da literatura internacional, é possível encontrar o aspecto de inovação social nas ideias de Seelos e Mair (2005) e Martin e Osberg (2007), os quais também destacam o aspecto de injustiça social em situações de aprisionamento e sofrimento. Já para Robinson (2006), o empreendedorismo social funciona como uma ferramenta que soluciona situações socialmente problemáticas, devendo o empreendimento ser sustentável e duradouro.

Nas três últimas definições, extraídas de autores brasileiros, é possível verificar que Melo Neto e Froes (2002) explicam que o empreendedor social tem sua mente voltada para o coletivo. Fischer (2011) traz a questão da emancipação do indivíduo, podendo, com o auxílio de um empreendimento social, resgatar ou ser incluído dentro da noção de cidadania. Já Parente *et al.* (2011) mostram a questão da combinação de elementos de filantropia e de gestão organizacional, que quando reunidos podem gerar planejamento e ações que ampliem a atuação do empreendimento social.

Cumprindo observar que o empreendedorismo social, tanto na literatura internacional quanto na nacional, tem o interesse na inovação, transformação e desenvolvimento de uma comunidade. Entretanto, a literatura internacional destaca a questão da injustiça e reparação de problemas, ao passo que os autores brasileiros focam no aspecto de coletividade e comunidades juntamente com a característica da emancipação individual.

Esses entendimentos possibilitam compreender que o empreendedorismo social refere-se a ações surgidas dentro de uma comunidade ou voltadas para ela,

possibilitando inovações que resultem em desenvolvimento social e inclusão individual de pessoas que, anteriormente, viviam nas margens sociais, e passaram a viver como cidadãs. A cidadania surge na medida em que se conquista a emancipação social, ou seja, a capacidade de dar conta do próprio sustento. Cabe destacar que esses entendimentos foram alcançados e utilizados ao longo do desenvolvimento desta pesquisa.

Apresentadas as definições de empreendedorismo social, cabe estudar os tipos de empreendedores sociais identificados na literatura.

Tipos de Empreendedores Sociais

É importante elencar quatro tipos de empreendedores sociais identificados na literatura. O primeiro deles refere-se ao “bricolor social”, estudado por Oliver e McKague (2009). Os autores, a partir da noção de “bricolor”, verificaram que é possível realizar empreendimentos sociais mesmo quando há escassez de recursos financeiros, materiais e de pessoas. É neste ponto que entra a noção de “bricolor”: palavra de origem francesa que define a capacidade de construir ou realizar arranjos partindo de uma base escassa de recursos. O “bricolor social” utiliza a sua criatividade e habilidades pessoais, como a habilidade de liderança, para gerar inovações sociais e contribuir para a melhora de uma comunidade.

O segundo tipo refere-se a empresas privadas que, devido a questão da responsabilidade socioambiental, promovem ações ligadas ao empreendedorismo social. Como explica Fischer (2011), as ações podem ocorrer dentro da própria empresa ou com a criação de fundações ou institutos voltados para atender comunidades carentes. Esse tipo de empreendedor social pode atuar em diversas frentes como educação, organização de trabalhos comunitários, saúde e até alimentação. Ismail *et al.* (2011) apresentam um exemplo na frente da alimentação. Os autores relatam sobre uma fundação ligada ao prêmio Nobel de Economia Mohamed Yunus que construiu uma fábrica em Bangladesh para vender iogurtes a preços populares, contribuindo para a diminuição dos níveis de desnutrição da população, com atenção especial para o público infantil.

O trabalho de entidades do terceiro setor, como organizações governamentais e institutos não vinculados a empresas específicas, é o terceiro tipo de empreendedor social identificado na literatura. Autores como Mort, Weervadena e Carnegie (2003) e Parente *et al.* (2011), explicam que essas organizações têm como missão a filantropia, promovendo o desenvolvimento social e ambiental. O terceiro setor representa um universo próprio, uma vez que as empresas aqui classificadas apresentam distinções entre si como: porte (micro, pequeno, médio ou grande) e amplitude de atuação (comunitária, local, nacional ou internacional), conforme explicado por Fischer (2011).

Registre-se ainda que, nem toda ação promovida por esse tipo de empreendedor social pode ser considerada como um empreendimento social, como explicam Mattiero, Vieira e Previdelli (2008). Esses autores estudaram a questão junto a associações e fundações ligadas a grandes grupos corporativos brasileiros de diversos setores da economia, tais como: bancário, aviação, cosméticos, laboratórios, entre outros. Eles concluíram que as associações e fundações estudadas realizam ações voltadas mais para o marketing corporativo do que para o empreendedorismo social propriamente. Essa conclusão é baseada nas definições que as correntes teóricas dos respectivos temas apresentam, sendo evidenciado que nem toda ação de cunho social, em sua essência, pode ser conceituada como uma ação ligada ao empreendedorismo social.

O último tipo de empreendedor social refere-se ao grupo de pessoas que se unem para iniciar um empreendimento de cunho social. Segundo Melo Neto e Froes (2002), essa iniciativa coletiva tem por finalidade a produção de bens ou serviços, tendo como medida de desempenho o impacto social gerado. Esses grupos podem evoluir para gerar relações jurídicas formais como associações ou cooperativas.

Entre as quatro tipologias ora destacadas, permeia um aspecto considerado relevante para a caracterização do empreendedorismo social: o objetivo financeiro do empreendimento. Dancin, Dancin e Matear (2010) e Parente *et al.* (2011), explicam que esse aspecto suscita debates entre os autores. Existe a corrente que considera como empreendimento social, ações que não objetivam o lucro. Existe ainda uma segunda corrente que entende por empreendimento social, ações de cunho social com o objetivo do lucro, sendo revertido para a ampliação ou melhoria

das atividades exercidas. A fábrica de iogurtes em Bangladesh é um exemplo desse caso, onde os lucros são revertidos para ampliar a produção.

Para efeitos do presente trabalho, as duas correntes teóricas foram levadas em consideração, ou seja, empreendimentos sociais que objetivam ou não o lucro, mas que, sobretudo, têm como elemento-chave do empreendimento, a missão social.

Método de Pesquisa

Para o desenvolvimento do presente trabalho foi utilizado o recorte longitudinal de análise, que abrangeu a produção científica nacional sobre empreendedorismo social publicada em periódicos da área de Administração no período entre os anos de 2000 a 2012 (até setembro). O critério adotado para a escolha dos periódicos foi o sistema de avaliação Qualis da CAPES, sendo selecionados periódicos dos extratos A2, B1, B2 e B3, tendo em vista serem considerados com maior grau de maturação e maior potencial para oferecimento de contribuições de relevância, quando comparados com os periódicos com classificação inferior. Assim, 33 periódicos foram foco da pesquisa (Quadro 2).

As buscas de artigos foram realizadas nos *sites* dos respectivos periódicos, por meio de palavras-chave, selecionadas pelas seguintes razões:

- (i) Empreendedorismo social: tema central do estudo;
- (ii) Terceiro setor: na fase de revisão da literatura, foi possível constatar ações empreendedoras sociais ligadas a entidades do terceiro setor; as considerações de Fischer (2011) também contribuem para este entendimento;
- (iii) Cooperativas: de acordo com a Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (BRASIL, 2012), que estabelece a política nacional de cooperativismo, é possível verificar que o tratamento legal recebido por este tipo de pessoa jurídica remete às noções do empreendedorismo social sobre formas comunitárias de propriedade, como destacado por Melo Neto e Froes (2002). Na lei, constam prescrições como: (a) atividade econômica de proveito comum, artigo 3º; (b) adesão

voluntária, inciso I, do artigo 4º; (c) participação mínima de vinte pessoas físicas que atuem na mesma atividade econômica ou correlato, artigo 6º.

Quadro 2 - Relação de Periódicos Focos do Estudo.

Periódico	Quali s	Periódico	Quali s
BAR - Brazilian Administration Review	A2	FACES - Revista de Administração FACES Journal	B3
BBR - Brazilian Business Review	A2	G&R - Gestão & Regionalidade	B3
O&S - Organizações & Sociedade	A2	G&T - Revista Gestão & Tecnologia	B3
RAC - Reviste de Administração Contemporânea	A2	GES - Gestão e Sociedade	B3
RAE - Revista de Administração de Empresas	A2	Gestão Contemp. - Gestão Contemporânea	B3
Cad. EBAPE.BR - Cadernos EBAPE.BR	B1	Gestão.Org - Revista Eletrônica de Gestão Organizacional	B3
G&DR - Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional	B1	RACEF - Reviste de Administração, Contabilidade e Economia da FUNDACE	B3
RAI - Reviste de Administração e Inovação	B1	RAU - Revista de Administração da Unimep	B3
RAM - Revista de Administração do Mackenzie	B1	RBADM - Revista Brasileira de Administração Científica	B3
RAUSP - Revista de Administração	B1	REA - Revista de Economia e Administração	B3
RBGN - Revista Brasileira de Gestão de Negócios	B1	ReA UFSM - Revista de Administração da UFSM	B3
RCA - Revista de Ciências da Administração	B1	REAd - Revista Eletrônica de Administração	B3
BASE - Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos	B2	RECADM - Revista Eletrônica de Ciência Administrativa	B3
E&G - Revista Economia & Gestão	B2	REGE - Revista de Gestão	B3
G&P - Gestão & Planejamento	B2	RMPE - Revista da Micro e Pequena Empresa	B3
RAD - Administração em Diálogo	B2	RN - Revista de Negócios	B3
RGO - Revista Gestão Organizacional	B2		

Fonte: Os Autores com base no Qualis Capes (CAPES, 2012).

Ao todo, foram localizados 142 artigos que passaram por uma análise preliminar para verificar se todos se enquadravam na temática estudada. Para isso,

houve uma triagem inicial dos artigos localizados, o que resultou na exclusão de alguns, reduzindo-se o número para 76 artigos, foco da análise documental (Quadro 3).

Quadro 3 - Artigos Localizados sobre Empreendedorismo Social.

Ano	Periódico	Autor	Ano	Periódico	Autor
2000	RAD	Cardoso	2008	RN	Mattiello, Vieira e Previdelli
2000	REAd	Carvalho	2008	E&G	Paula, Castro, Urbanavícius Júnior e Rezende
2000	REAd	Scornavacca e Becker	2008	RGO	Feger, Fischer, Nodari, Scaratti e Ortigara
2003	G&T	Junqueira	2009	BAR	Gomes e Liddle
2003	RECADM	Bolzani Jr, Sousa e Nascimento	2009	EBAPE	Barreto e Paula
2004	G&T	Oliveira e Barbosa	2009	G&P	Soares e Melo
2004	REAd	Costa, Penalva e Leite	2009	O&S	França-Filho e Cunha
2004	REAd	Veiga-Neto, Panhossi e Godoy	2009	RAM	Novaes e Gil
2004	O&S	Buchaft e Gondim	2009	RBGN	Cruz, Martins, Reis e El-Kouba
2005	EBAPE	Zouain e Torres	2009	RMPE	Campos, Guimarães, Vieira e Reis
2005	EBAPE	Schutz, Freitas e Hacon	2009	RMPE	Santos e Concheto
2005	RECADM	Reis, Câmara, Souza e Arbex	2009	RMPE	Silva, Souza Neto, Abreu e Cortez
2005	G&DR	Vieira e Ricci	2009	RMPE	Vicente, Brendalis e Alves
2005	RCA	Cera	2010	Faces	Machado e Predebon
2005	RCA	Monte e Carvalho	2010	G&P	Sousa, Paiva Jr e Lira
2005	E&G	Oliveira	2010	G&P	Paiva Jr. e Guerra
2005	G&T	Vidal, Faria e Moreira	2010	G&P	Nassif, Prando e Consetino
2006	RAI	Pereira, Agapito, Estrada e Almeida	2010	Gest. Cont	Abreu e Abreu
2006	Faces	Silveira, Campos e	201	Gest. Cont	Flanch

		Marco	0		
2006	G&R	Pimenta e Brasil	201 0	Gestão.Org	Sousa e Valadão Jr
2006	RAC	Alves e Koga	201 0	ReA UFMS	Cruz, Quandt, Martins e Silva
2006	RN	Rodrigues, Riscarolli e Almeida	201 0	RAU	Sousa e Valadão Jr
2007	Gestão.Or g	Brunstein e Schroeder	201 0	RCA	Machado, A. C. M. e Bulgacov
2007	REAd	Rossoni, Onozato, Horochovski, Greco, Machado e Bastos Jr	201 1	G&DR	Dreher
2007	RECADM	Machado	201 1	REGE	Schmitt e Moretto Neto
2007	RAD	Siqueira e Guimarães	201 1	RAM	Silva e Silva
2007	RBGN	Neves Jr e Lins	201 1	G&P	Mendoça e Araújo
2007	G&DR	Medeiros e Macêdo	201 1	GES	Pimente e Pimentel
2007	REA	Esslin e Vianna	201 1	GES	Mundim e Teodósio
2008	O&S	Sampaio, Léon, Dallabrida e Pellin	201 1	RBADM	Silva, Menezes, Barbosa e Felizola
2008	O&S	Brunstein, Rodrigues e Kirschbaum	201 2	RBADM	Santos e Silva
2008	RAC	Bertolin, Santos, Lima e Braga	201 2	RAE	Souza, Paula e Souza- Pinto
2008	Gestão.Or g	Rocha-Pinto e Irigaray	201 2	Gestão.Or g	Teodósio e Mundim
2008	BBR	Pereira, Oliveira e Ponte	201 2	Gestão.Or g	Assis, Vegas e Ckagnazaroff
2008	EBAPE	Rossoni e Teixeira	201 2	RAUSP	Austin, Stevenson e Wei- Skillern
2008	RECADM	Serra, Ferreira e Teixeira	201 2	RAUSP	Bronzo, Teodosio e Rocha
2008	G&DR	Ignacio e Souza	201 2	RAUSP	Fischer e Comini
2008	RMPE	Quirino, Cunha e Coelho	201 2	RAUSP	Travaglini

Fonte: Os Autores, 2012.

Com relação aos critérios de análise, utilizaram-se como referência os trabalhos de meta-estudo de Paiva, Oliveira e Neto (2008), voltado para a produção brasileira sobre empresa familiar; Cappelle *et al* (2006), que estudaram a produção brasileira ligada ao tema de gênero; e de Tonelli *et al.* (2003), com foco de interesse na temática de recursos humanos.

Os critérios de análises adotados foram baseados nos seguintes argumentos:

CAMPOS et al. Produção científica brasileira sobre empreendedorismo social entre 2000 e 2012. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, v.1, n.2, 2012.

(a) *distribuição anual por periódico*: este critério foi adotado com base nas pesquisas Cappelle *et al.* (2006) e Paiva, Oliveira e Neto (2008), por permitir a visualização completa dos artigos selecionados, servindo como um mapa de busca para pesquisadores do campo do empreendedorismo social;

(b) *classificação quanto à natureza da análise*: este critério é baseado nas sugestões de Creswell (1998) para quem os artigos apresentam três tipos de natureza: teórico, empírico e teórico-empírico;

(c) *abordagem metodológica e técnica de coleta de dados utilizada*: estes dois critérios também se encontram presentes nas três pesquisas de referência, e auxiliam a esmiuçar os aspectos metodológicos percorridos por pesquisadores, contribuindo para uma compreensão abrangente da evolução das pesquisas sobre empreendedorismo social no Brasil;

(d) *origem do empreendedor social, objetivos financeiros, e finalidade social do empreendimento*: estes critérios foram estabelecidos a partir da revisão de literatura onde evidencia que a ação empreendedora social pode ser oriunda de ações individuais ou de grupo de pessoas, de organizacionais e/ou de comunidades. Também foi constatado que o empreendimento social pode apresentar ou não objetivos financeiros (DANCIN; DANCIN; MATEAR, 2010). Por último, levando em conta os diferentes objetivos do empreendedorismo social, buscou-se conhecer as finalidades sociais dos empreendimentos estudados nos artigos.

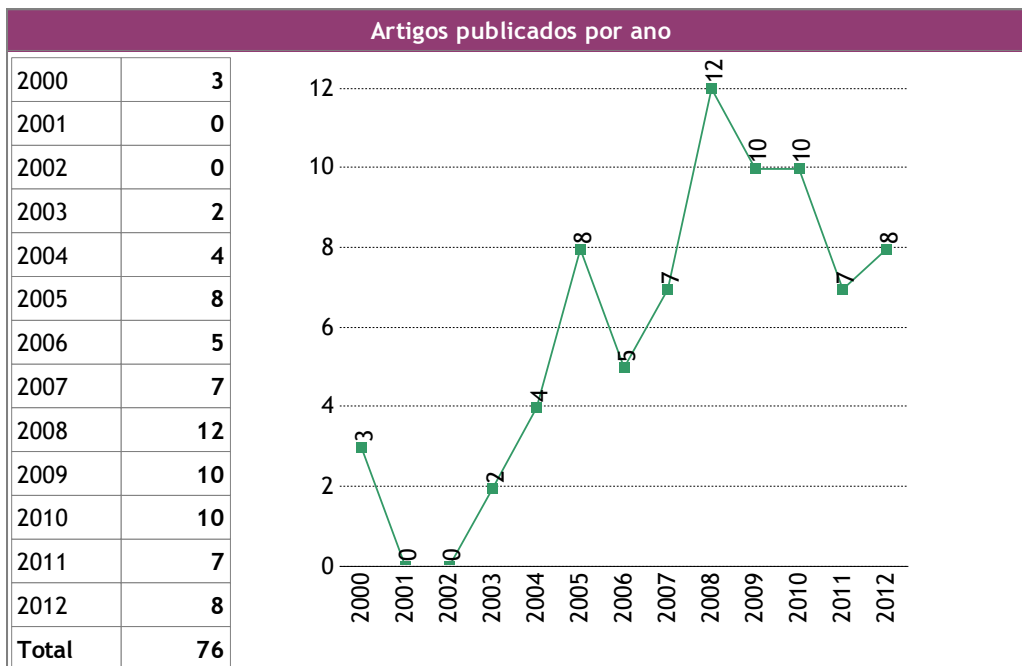
Apresentados os passos metodológicos percorridos para a elaboração da presente pesquisa, serão feitas as descrições e respectivas análises dos dados.

Descrição e Análise dos Dados: A Pesquisa sobre Empreendedorismo Social no Brasil

Conforme descrito anteriormente, adotaram-se sete critérios que nortearam as análises. Baseando-se nas estratégias de apresentação dos três artigos de meta-estudo utilizados como referência, foram elaboradas tabelas e figuras que permitem uma visualização concentrada e sintetizada dos dados.

Os dados de artigos publicados por ano, entre 2000 e 2012, demonstram que este campo de estudo vem suscitando o interesse da comunidade científica brasileira com um aumento da quantidade de pesquisas ao longo dos anos analisados, à exceção dos anos de 2001 e 2002, quando não foram localizados artigos publicados. A partir de 2007, nota-se um aumento da produção, com destaque para o ano de 2008 com 12 artigos publicados em 11 periódicos. Em 2011, ocorre pequena redução, com 7 artigos publicados. A Figura 1 ilustra a evolução da produção científica em empreendedorismo social no período de abrangência deste estudo.

Figura 1- Evolução da Publicação sobre Empreendedorismo Social de 2000 a 2012.



Fonte: Os Autores com base nos dados da pesquisa.

Entre os 33 periódicos analisados, apenas 2 não tiveram artigo publicado sobre o tema no período, a saber: BASE - Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos e RACEF - Revista de Administração, Contabilidade e Economia da FUNDACE. Vale destacar que nos últimos cinco anos foram publicadas duas edições especiais sobre empreendedorismo social que reforçam a relevância do tema: uma pela RMPE em 2009, e outra pela RAUSP em 2012, ambas com 4 artigos sobre o tema. A Tabela 1 apresenta os artigos publicados por periódico.

Tabela 1 - Total de Artigos Publicados por Periódico e Ano.

Periódico	Ano													Total
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	
BAR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
BBR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
E&G	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	2
Cad. EBAPE.BR	-	-	-	-	-	2	-	-	1	1	-	-	-	4
Faces	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	2
G&DR	-	-	-	-	-	1	-	1	1	-	-	1	-	4
G&P	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3	1	-	5
G&R	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
G&T	-	-	-	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	3
Gestão Contemp.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	2
GES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2
Gestão.Org	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	1	-	2	5
O&S	-	-	-	-	1	-	-	-	2	1	-	-	-	4
RAC	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	2
RAD	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	2
RAE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
RAI	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
RAM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	2
RAU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
RAUSP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4

RBADM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	2
RBGN	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	2
RCA	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	1	-	-	3
REA	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
ReA UFSM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
REAd	2	-	-	-	2	-	-	1	-	-	-	-	-	5
RECADM	-	-	-	1	-	1	-	1	1	-	-	-	-	4
REGE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
RGO	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
RMPE	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4	-	-	-	5
RN	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	2
Total	3	0	0	2	4	8	5	7	12	10	10	7	8	76

Fonte: Os autores com base nos dados da pesquisa.

A distribuição dos artigos nos diferentes extratos do Qualis da CAPES (A2, B1, B2, B3) ocorre de forma razoavelmente equilibrada. A Tabela 2 demonstra que metade dos artigos está localizada em cerca de 50% dos periódicos (base do estudo) que correspondem ao extrato B3.

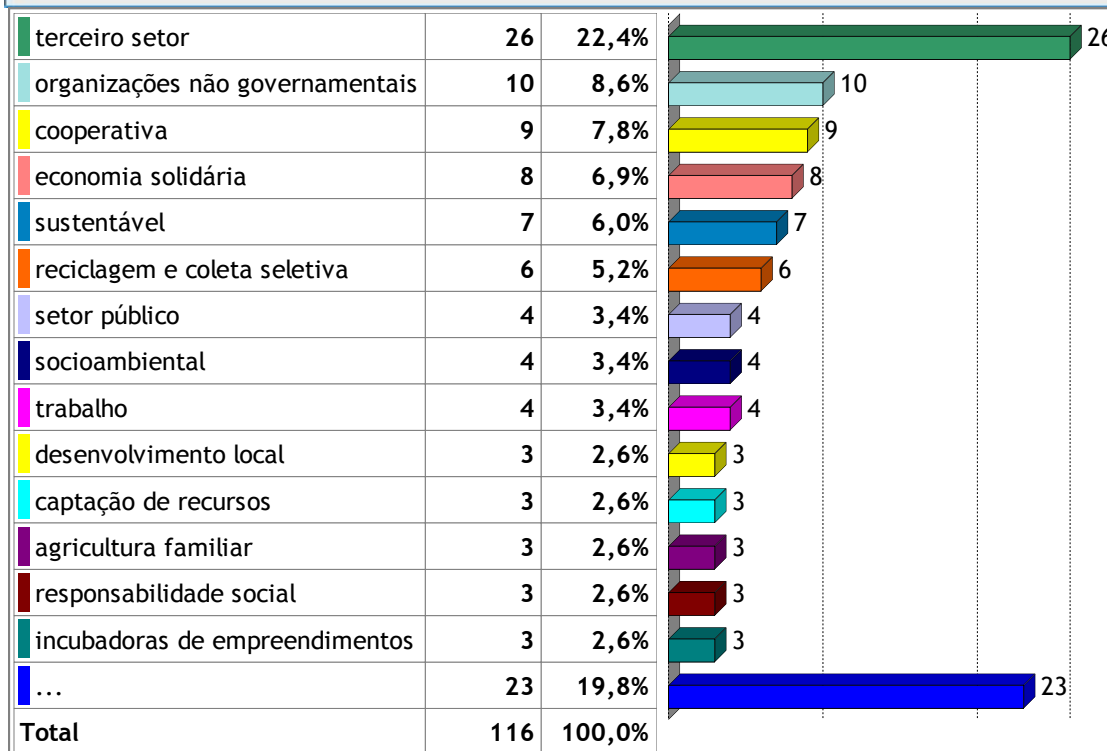
Tabela 2 - Distribuição de Periódico Foco do Estudo e de Artigos Localizados.

Extrato Qualis	Número de Periódicos		Número de Artigos	
	N	%	N	%
A2	5	16,1	9	11,8
B1	7	22,6	20	26,3
B2	5	16,1	9	11,8
B3	16	51,6	38	50
Total	31	100	76	100

Fonte: Os Aurores com base nos dados da pesquisa.

Os 76 artigos analisados tratam de uma diversidade de enfoques no tocante ao empreendedorismo social. Uma análise das principais palavras apresentadas nos títulos dos trabalhos possibilita uma visão geral, conforme apresentado na Figura 2.

Figura 2 - Temas Centrais Apresentados nos Títulos dos Artigos.



Fonte: Os Autores com base no dados da pesquisa.

As formas de empreendimentos sociais mais recorrentes foram: organizações do terceiro setor e cooperativas. Entre os estudos que focam o terceiro setor, pode-se exemplificar o de Rodrigues, Riscarolli e Almeida (2006), sobre universidades comunitárias. Essas universidades apresentam certas peculiaridades: de ordem administrativa, como quadros de funcionários preenchidos por colaboradores contratados e por colaboradores voluntários; de ordem financeira, como alunos pagantes e doadores externos; de ordem social como alunos não pagantes. As universidades comunitárias apresentam elementos que remetam às noções de empreendedorismo social de Robinson (2006), pois há a identificação de um problema social, no caso a necessidade de prover o acesso ao ensino superior para a população carente e a geração de soluções, ou seja, a matrícula efetiva dessa população em cursos de nível superior dentro de um modelo de negócio sustentável, onde os alunos pagantes e os doadores externos viabilizam financeiramente essas universidades comunitárias.

Com relação às cooperativas é oportuno destacar o trabalho de Souza, Bastos e Pinto-Souza (2012) que estudaram cooperativas de reciclagem de papel.

Os autores apontaram impactos positivos em termos sociais e ambientais. No âmbito social, a cooperativa contribui para a melhoria das condições de trabalho dos cooperados. Já no âmbito ambiental, a reciclagem do papel aumenta a vida útil de aterros sanitários e a diminuição da disposição incorreta de resíduos. Esses resultados vêm ao encontro das ideias de Fischer (2011) que destaca a responsabilidade socioambiental do empreendedorismo social.

Na tabela 3 são apresentados os dados no tocante ao critério da natureza da análise. É possível verificar uma elevada predominância (85,5% dos artigos analisados) de pesquisas que adotaram a abordagem teórico-empírica. Com o aumento da quantidade de artigos publicados, também ocorre o aumento do uso da abordagem teórico-empírica ao longo dos anos pesquisados, ao passo que os artigos puramente teóricos têm sua presença reduzida. Não foram localizados pesquisas de natureza puramente empírica.

Tabela 3 - Classificação Quanto à Natureza da Análise.

Ano	Teórico		Teórico-Empírico		Total	
	N	%	N	%	N	%
2000	1	1,3%	2	2,6%	3	4,0%
2003	2	2,6%	-	-	2	2,6%
2004	-	-	4	5,3%	4	5,3%
2005	3	4,0%	5	6,6%	8	10,5%
2006	-	-	5	6,6%	5	6,6%
2007	2	2,6%	5	6,6%	7	9,2%
2008	-	-	12	15,8%	12	15,8%
2009	-	-	10	13,2%	10	13,2%
2010	2	2,6%	8	10,5%	10	13,2%
2011	-	-	7	9,2%	7	9,2%
2012	1	1,3%	7	9,2%	8	10,5%
Total	11	14,5%	65	85,5%	76	100,0%

Fonte: Os Autores com base nos dados da pesquisa.

Com relação à abordagem metodológica adotada nos artigos teórico-empíricos, destaca-se a predominância de estudos qualitativos, com cinquenta e quatro artigos (Tabela 4). Oito artigos adotaram a abordagem quantitativa e seis são estudos quanti-quantitativos. A prevalência de estudos qualitativos vai ao encontro dos trabalhos de Tonelli *et al.* (2003), Cappele *et al.* (2006) e Paiva, Oliveira e Neto

(2008), que também analisam a produção científica nacional. Esses dados, além de demonstrar a grande presença da pesquisa qualitativa em estudos organizacionais, também sinalizam para uma possível preferência do pesquisador brasileiro por essa abordagem, pelo menos nas temáticas estudadas neste e nos três artigos referidos.

Tabela 4 - Classificação dos Artigos Quanto à Abordagem da Pesquisa.

Ano	Quantitativa		Qualitativa		Mista		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
2000	-	-	1	1,5%	1	1,5%	2	3,1%
2003	-	-	-	-	-	-	-	-
2004	2	3,1%	2	3,1%	-	-	4	6,2%
2005	-	-	4	6,2%	1	1,5%	5	7,7%
2006	1	1,5%	4	6,2%	-	-	5	7,7%
2007	2	3,1%	3	4,6%	-	-	5	7,7%
2008	1	1,5%	11	16,9%	-	-	12	18,5%
2009	-	-	9	13,8%	1	1,5%	10	12,3%
2010	1	1,5%	7	10,8%	-	-	8	15,4%
2011	-	-	7	10,8%	-	-	7	10,8%
2012	1	1,5%	6	9,2%	-	-	7	10,8%
Total	8	12,3%	54	83,1%	3	4,6%	65	100,0%

Fonte: Os Autores com base nos dados da pesquisa.

A abordagem qualitativa é adequada para O estudo de elementos do empreendedorismo social, a exemplo de características de eficiência coletiva e comunitária (MELO NETO; FROES, 2002). Para aferir essas características é necessário realizar uma busca aprofundada da realidade social que se está estudando, algo possível por meio da abordagem qualitativa com o levantamento de um volume vasto de informações sobre uma amostra pequena, ensejando o entendimento de fatos da realidade social dentro de seu contexto (VIEIRA, 2004).

A integração das duas abordagens é verificada em apenas três estudos. Ela auxilia na geração de um entendimento baseado em dados complementares. Nesse ponto, é pertinente citar a pesquisa de Cruz *et al.* (2009) sobre redes de associações de catadores de materiais recicláveis na região metropolitana de Curitiba, que teve como objetivo, verificar o apoio de órgãos envolvidos na atividade de organizar as tarefas de captação, no caso: órgãos públicos, privados e entidades do terceiro setor. Através da abordagem quantitativa foi possível verificar a predominância da atuação dos órgãos do terceiro setor, e esta predominância foi complementada por meio da abordagem qualitativa. Destacou-se um maior grau de envolvimento e comprometimento com as associações por parte dos órgãos do terceiro setor quando comparada com os demais órgãos.

As técnicas de coleta de dados colaboram para a presente discussão, pois evidenciam os recursos utilizados por pesquisadores para obter informações da realidade empírica. Em termos gerais, foi possível verificar que alguns artigos utilizaram mais de uma técnica, razão pela qual o número total da tabela 5 excede o número de 76 artigos. Nessa linha, cita-se novamente como exemplo a pesquisa de Cruz *et al.* (2009), uma vez que foram empregadas as técnicas de questionário, levantamento documental e observação.

Tabela 5 - Classificação dos Artigos Quanto à Técnica de Coleta de Dados.

Ano	Levantamento documental	Observação	Entrevista	Questionário	Total
2000	1	1	2	1	5
2003	-	-	-	-	-
2004	1	1	2	2	6
2005	4	2	4	1	11
2006	-	-	4	2	6
2007	1	1	4	3	9
2008	6	7	10	2	25
2009	7	4	7	2	20
2010	4	3	6	1	14
2011	2	-	6	-	8
2012	3	2	5	-	10
Total	28	21	50	14	114

Fonte: Os Autores com base nos dados da pesquisa.

A técnica de coleta de dados que predomina nos 76 artigos é a entrevista, utilizada em 50 pesquisas e seguida por levantamento documental e observação. O questionário aparece por derradeiro. Considerando que a maior parte dos estudos é de abordagem qualitativa, esses números justificam-se, uma vez que a entrevista e o levantamento documental são técnicas de coleta de dados comuns em pesquisas de cunho qualitativo (VIEIRA, 2004). O mesmo raciocínio é válido para o percentual de questionários localizados, isso porque, conforme ilustrado na tabela 4, as pesquisas de abordagem quantitativa, que utilizam questionários como técnica de coleta de dados, aparecem na última posição.

A preferência pelo levantamento documental e pela entrevista reflete o aspecto da inovação social explicado por Seelos e Mair (2005), pois para

compreender o contexto social e perceber o surgimento de um empreendimento de caráter inovador, é necessário analisar documentos relacionados ao mesmo, bem como conhecer a realidade a partir da percepção das pessoas que nela vivem. Para exemplificar essas ideias, cita-se a pesquisa de Soares e Melo (2010), onde se estudou as práticas de gestão em organizações do terceiro setor em Belo Horizonte. Os resultados evidenciaram uma mudança no perfil da gestão: colaboradores voluntários tornando-se funcionários profissionalizados, evidenciando uma inovação no contexto social gerencial interno do próprio órgão. Por conseguinte, essa mudança pode apresentar impactos de natureza social dentro do contexto individual das rotinas de cada um desses ex-voluntários.

Tendo abordado os aspectos metodológicos da produção científica analisada, a tabela 6 inicia a sequência de dados relativos aos aspectos idiossincráticos do empreendedorismo social, a começar pela origem da iniciativa empreendedora. Para Seelos e Mair (2005), a origem da iniciativa empreendedora pode ser individual, uma vez que o empreendedorismo social apresenta aspectos relacionados ao empreendedorismo tradicional. No entanto, partindo das noções de Fischer (2011), Ismail *et al.* (2011) e Parente *et al.* (2011), o empreendedorismo social pode surgir de ações grupais, organizacionais ou comunitárias. Nos artigos analisados, os três tipos de origem de empreendimentos sociais são evidenciados (Tabela 6).

Tabela 6 - Origem do Empreendimento Social.

Ano	Individual	Grupo de pessoas	Organizacional	Comunidade	Total
2000	-	-	1	2	3
2003	1	-	-	1	2
2004	1	2	4	-	7
2005	-	2	6	-	8
2006	-	1	4	1	6
2007	2	2	2	-	6
2008	-	4	4	4	12
2009	-	2	6	2	10
2010	-	-	7	1	8
2011	-	-	5	3	8
2012	-	1	4	1	6
Total	4	14	43	15	76

Fonte: Os Autores com base nos dados da pesquisa.

Observa-se, com base na amostra analisada, que a maioria dos empreendimentos sociais é criada a partir de iniciativas organizacionais, seguida por iniciativas comunitárias, grupo de pessoas e por último, individuais. Poucos estudos exploram a origem da iniciativa empreendedora como individual, tendo destaque às iniciativas a nível organizacional. Isso é coerente com outras descobertas já destacadas neste trabalho, como é o caso do grande número de artigos sobre terceiro setor e cooperativas. Nesses casos, a iniciativa da criação dos empreendimentos sociais foi considerada como organizacional, tendo em vista a existência de atividade jurídica formal.

Por outro lado, os resultados não suportam as ideias de exclusão, marginalização ou sofrimento social de Martin e Osberg (2007), que retrata o empreendedor social como sendo um libertador de algum tipo de força social opressora. A missão essencial dos empreendimentos sociais estudados nos artigos mostra uma preocupação com a diminuição de assimetrias sociais e com a promoção da inclusão social. Vale como exemplo, a pesquisa de Nassif, Prando e Consentino (2010), que verificou pessoas de uma comunidade receptoras do auxílio educacional de um programa de empreendedorismo social e sustentável. Elas reconheceram que este auxílio foi importante para promover a inclusão social.

A tabela 7 apresenta a finalidade econômica dos empreendimentos sociais dos artigos analisados, aspecto que apresenta opiniões divergentes na literatura. A abordagem de Dancin, Dancin e Matear (2010) argumenta que há empreendimentos sociais com finalidade econômica e outros sem.

Tabela 7 - Classificação de Empreendimentos Quanto à Finalidade Econômica.

Ano	Com Fins Lucrativos		Sem Fins Lucrativos		Total	
	N	%	N	%	N	%
2000	1	1.4%	2	2.7%	3	4.1%
2003	1	1.4%	1	1.4%	2	2.7%
2004	2	2.7%	2	2.7%	4	5.5%
2005	3	4.1%	4	5.5%	7	9.6%
2006	2	2.7%	3	4.1%	5	6.8%
2007	4	5.5%	2	2.7%	6	8.2%
2008	5	6.8%	7	9.6%	12	16.4%
2009	2	2.7%	8	11%	10	13.7%
2010	3	4.1%	5	6.8%	8	11%
2011	4	5.5%	4	5.5%	8	11%
2012	4	5.5%	4	5.5%	8	11%
Total	33	42.4%	43	57.6%	76	100%

Fonte: Os Autores com base nos dados da pesquisa.

Como se observa, pouco mais da metade dos empreendimentos identificados nos artigos analisados não possui finalidade lucrativa, enquanto 42,4% apresentam o lucro como uma de suas finalidades. Para explicar esses números, remete-se novamente às duas temáticas dominantes dentro do universo dos 76 artigos: cooperativas e organizações do terceiro setor. A primeira, naturalmente tem como finalidade a geração de lucro. No tocante aos empreendimentos sociais, considerados sem fins lucrativos, estes recaem essencialmente sobre as organizações do terceiro setor. Essas organizações podem até ter atividades de geração de receita, no entanto, uma característica relevante é a não distribuição de lucro entre seus membros. E de fato foi possível verificar a missão social das organizações não governamentais. Para tanto, dá-se como exemplo, a pesquisa de Silva e Silva (2011) sobre aprendizagem no nível gerencial realizada em dezesseis organizações não governamentais no nordeste. O objetivo do estudo foi verificar se práticas de reflexões intrapessoais referentes às rotinas de trabalho apresentam ganhos em termos de autoconhecimento e melhoria de desempenho. Os resultados evidenciaram que processos de aprendizagem baseados na experiência pessoal contribuem para o fortalecimento da atuação do gerente enquanto agente de transformação da realidade social.

Por fim, a finalidade social do empreendimento é apresentada na tabela 8. Para essa classificação, foram adotadas três categorias: comunitária (MELO NETO; FROES, 2002), inclusão social (VIDAL; FARIAS; COELHO, 2004) e emancipação social (FISCHER; 2011).

Tabela 8 - Finalidade Social do Empreendimento.

Ano	Comunidade	Inclusão social	Emancipação Social	Total
2000	-	3	2	5
2003	2	-	-	2
2004	-	4	2	6
2005	2	3	4	9
2006	-	5	2	7
2007	1	8	5	14
2008	2	3	9	14
2009	3	3	5	11
2010	3	5	3	11
2011	4	2	3	9
2012	3	4	3	10
Total	20	40	36	96

Fonte: Os Autores com base nos dados da pesquisa.

A tabela 7 apresenta certo equilíbrio, tanto em termos das diferentes finalidades, como ao longo do período estudado, porém com menos ênfase na finalidade comunitária. Houve casos de empreendimentos que foram classificados em mais de uma categoria. Um bom exemplo é o trabalho de Novaes e Gil (2009), que evidencia a possibilidade de inclusão e posterior emancipação social que o empreendedorismo social pode gerar, como o caso de uma ONG que provê educação e mais tarde oferece oportunidades de trabalho para pessoas oriundas de camadas sociais menos favorecidas.

Já o trabalho de Vicente, Brendalis e Alves (2009), que aborda uma ONG voltada para reciclagem de resíduos, teve a sua finalidade classificada como comunitária. Os autores relatam que o trabalho da ONG contribui para a preservação ambiental do município, evitando a instalação de um aterro sanitário, por exemplo. Vale salientar, que para efeitos dessa classificação considerou-se a(s) finalidade(s) mais evidenciada(s) em cada artigo.

Os dados da tabela 8 complementam os apresentados nas tabelas 6 e 7, permitindo compreender que a maioria dos empreendimentos sociais da amostra de artigos estudada é oriunda de ações organizacionais, sem finalidade lucrativa e tendo como missão contribuir para a inclusão e a emancipação social. Em muitos artigos foi possível destacar a atividade de educação ou capacitação técnica exercida pelo empreendimento estudado, o que auxilia para explicar os meios como são realizadas as atividades de inclusão e emancipação.

Tecidas as considerações de análise dos dados seguem as oportunidades para futuras pesquisas identificadas ao longo da elaboração deste trabalho.

Oportunidades para Pesquisas Futuras

A partir da análise dos 76 artigos sobre empreendedorismo social, é possível afirmar que esse tema, no contexto brasileiro, está voltado para o desenvolvimento econômico de pessoas e, por conseguinte, de comunidades. Sendo assim, foi possível encontrar algumas lacunas que emergem da comparação da literatura estrangeira com a realidade empírica brasileira descrita nos trabalhos. Essas lacunas são destacadas como oportunidades para o desenvolvimento de pesquisas que contribuam para os estudos em empreendedorismo social no Brasil:

a) Impacto social do empreendimento: autores como Robinson (2006) e Martin e Osberg (2007) definem o empreendedor social como uma pessoa que cria um empreendimento socialmente sustentável, apresentando um potencial de reparação de injustiça social. Nesse ponto, seria oportuno que futuros trabalhos pesquisassem os possíveis impactos dos empreendimentos sociais, verificando aspectos como: melhora da qualidade de vida, condições de saúde, nível de escolaridade, empregos indiretos gerados, entre outros, no intuito de conhecer a realidade social antes e depois da criação do empreendimento, para verificar se realmente o empreendimento reverberou para o aprimoramento da comunidade;

b) Captação de recursos: para auxiliar no desenvolvimento das características do empreendedorismo social no Brasil, seria oportuno estudar os meios de financiamento dos empreendimentos. Há cooperativas e ONG's que conseguem

realizar atividades de cunho financeiro, obtendo uma sustentabilidade financeira. Por outro lado, há empreendimentos que são mais dependentes do apoio do governo e de iniciativas privadas.

c) *Patrimônio coletivo*: esse construto, destacado por Melo Neto e Froes (2002), é caracterizado pelo acúmulo de uma “riqueza” comunitária. Aqui emerge a indagação se o construto é de fato aplicável ao contexto nacional, visto que as cooperativas e organizações do terceiro setor foram temas dominantes. Isso suscita a necessidade de uma compreensão aprofundada das dinâmicas dos relacionamentos interpessoais existentes, pois é possível que existam relações de poder e controle, que podem gerar assimetrias de informação e impedir a construção do patrimônio coletivo.

Considerações Finais

A presente pesquisa teve por objetivo analisar como o tema empreendedorismo social vem sendo estudado no Brasil. Os dados apontaram para dois temas dominantes entre os 76 artigos selecionados, que são: cooperativas e organizações do terceiro setor.

Os resultados deste estudo revelam que, quanto aos aspectos metodológicos, o empreendedorismo social vem sendo estudado no Brasil com o uso predominante da abordagem qualitativa, tendo como técnicas de coleta de dados mais utilizadas a entrevista e o levantamento documental. Isso permite vislumbrar que, no âmbito da produção científica brasileira, para compreender os aspectos do empreendedorismo social, os pesquisadores preferem realizar uma investigação da realidade empírica de maneira aprofundada para conhecer os pormenores dos empreendimentos sociais, algo possível por meio da abordagem qualitativa (VIEIRA, 2004).

Em termos dos aspectos relacionados ao tema em si, o estudo revela que o empreendedorismo social no contexto brasileiro é voltado para o desenvolvimento de comunidades por meio do aprimoramento de atividades produtivas locais, normalmente com origem em ações organizacionais sem finalidade lucrativa, buscando contribuir para a inclusão e a emancipação social. Na realidade estudada,

não é possível afirmar que o empreendedorismo social apresenta aspectos de proteção de comunidades carentes, como destacado por Martin e Osberg (2007).

Por derradeiro, cumpre dizer que os resultados ora apresentados são limitados aos artigos analisados na amostra selecionada. Possivelmente, se os mesmos critérios empregados no presente trabalho fossem utilizados para pesquisar artigos constantes em outros veículos de publicação, a exemplo de anais de eventos científicos e periódicos com classificação igual ou inferior que B4, os resultados poderiam ser diferentes. Contudo, o foco em periódicos de maior qualificação sugere que os resultados sejam um retrato da produção científica nacional com certo grau de maturidade.

Referências

BRASIL. **Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. Disponível em <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaLegislacao.action>. Acessado em 15/09/2012.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **WebQualis**. Disponível em <http://qualis.capes.gov.br/webqualis/>. Acesso em 31/08/2012.

CAPPELLE, M. C. A. et al. A Produção Científica sobre Gênero na Administração: Uma Meta-Análise. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 30., 2006, Salvador. **Anais...** Rio de Janeiro: Anpad, 2006.

CRESWELL, J. **Research Design: Qualitative, quantitative, and mixed methods Approaches**. London: Sage Publications, 1998.

CRUZ, J.; MARTINS, T.; REIS, J.; EL-KOUBA, A. A terceirização da causa pública: um estudo de caso voltado à promoção do trabalho sustentável. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 11, n. 32, p. 227-247, 2009.

DACIN, P. A.; DACIN, M. T.; MATEAR, M. Social entrepreneurship: why we don't need a new theory and how we move forward from here. **Academy of Management Perspectives**, v. 24, n.3 p. 37-57, 2010.

FISCHER, R. M. Empreendedorismo social: apontamentos para um debate. In: SOLA, L. (Org.) **Políticas Sociais – Ideias e Práticas**. São Paulo: Editora Moderna, p. 183-286, 2011.

CAMPOS et al. Produção científica brasileira sobre empreendedorismo social entre 2000 e 2012. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, v.1, n.2, 2012.

ISMAIL, K. B.; SOHEL, M. H.; KOHAR, U. H. A. Can Austin's model of social entrepreneurship ensure success in asian perspective? **Australian Journal of Basic and Applied Sciences**, v, 5, n. 12, p. 974-980, 2011.

MARTIN, R. J.; OSBERG, S. Social Entrepreneurship: the case for a definition. **Stanford Social Innovation Review**, Spring, p.29–39, 2007.

MATTIELO, K.; VIEIRA, F. G. D.; PREVIDELLI, I. T. S. Marketing social corporativo e empreendedorismo social. **Revista de Negócios**, v. 13, n. 4, p. 72-88, 2008.

MELO NETO, F.; FROES, C. **Empreendedorismo social**: A transição para a sociedade sustentável. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

MORT, G. S.; WEERAWARDENA, J. CARNEGIE, K. Social entrepreneurship: towards conceptualization. **International Journal of Nonprofit and Voluntary Sector Marketing**, v. 8, n. 3, p. 76–88, 2003.

NASSIF, V. M. J.; PRANDO, R. A.; COSENTINO, H. M. Ações estatais assistencialista e empreendedorismo social no Brasil: um estudo exploratório. **Revista Gestão e Planejamento**, v.11, n. 2, p. 316-336, 2010.

NOVAES, M. B. C.; GIL, A. C. A Pesquisa-ação participante como estratégia metodológica para o estudo do empreendedorismo social em Administração de Empresas. **Revista de Administração do Mackenzie**, v.10, n.1, p. 134-160, 2009.

OLIVER, C.; MCKAGUE, K. Sustainable local enterprise networks: network bricolage as institutional entrepreneurship in low-income economies. Paper presented at the **Institutional Theory Conference**, University of Alberta: Edmonton, jun. 2009.

PAIVA, K.; OLIVEIRA, M.; MELO, M. Produção científica brasileira sobre empresas familiar – um meta-estudo de artigos publicados em anais de eventos da ANPAD no período de 1997-2007. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 9, n. 6, p. 148-173, 2008.

PARENTE, C.; COSTA, D.; SANTOS, M.; CHAVES, R. R. Empreendedorismo social: contributos teóricos para a sua definição. In: ENCONTRO NACIONAL DE SOCIOLOGIA INDUSTRIAL, DAS ORGANIZAÇÕES E DO TRABALHO: EMPREGO E COESÃO SOCIAL: DA CRISE DE REGULAÇÃO À HEGEMONIA DA GLOBALIZAÇÃO, 14., 2011, Lisboa.. **Anais...** Lisboa, 2011.

ROBINSON, J. Navigating social and institutional barriers to markets: how social entrepreneurs identify and evaluate opportunities. In: MAIR, J., ROBINSON, J.; HOCKERTS, K. (Orgs.), **Social Entrepreneurship**. Basingstoke, UK: Palgrave Macmillan, 2006.

RODRIGUES, L.; RISCAROLLI, V.; ALMEIDA, M. Peculiaridades da análise ambiental para o terceiro setor: o caso das universidades comunitárias. **Revista de Negócios**, v. 11, n. 3, p.21-40, 2006.

SEELOS, C.; MAIR, J. Social entrepreneurship: creating new business models to serve the poor. **Business Horizons**, v. 48, p. 241–246, 2005.

SILVA, L.; SILVA, A. A Reflexão como mediadora da aprendizagem gerencial em organizações não governamentais. **Revista de Administração do Mackenzie**, v. 12, n. 2, p. 55-89, 2011.

SOARES, A.; MELO, M. Gestão do terceiro setor: uma prática social? **Revista de Gestão USP**, v. 17, n. 1, p. 1-11, 2010.

SOUZA, M. T. S.; BASTOS, M. P.; PINTO, H. O papel das cooperativas de reciclagem nos canais reversos pós-consumo. **Revista de Administração de Empresas**, v. 52, n. 2, p. 246-262, 2012.

TONELLI, M. J.; CALDAS, M. P.; LACOMBE, B. M. B.; TINOCO, T. Produção acadêmica em recursos humanos no brasil: 1991-2000. **Revista de Administração de Empresas**, v. 43, n. 1, p. 105-122, 2003.

VIDAL, F. A. B.; FARIAS, I. Q.; MOREIRA, M. V. C. Empreendedorismo social promovendo a inserção cidadã de famílias de baixa renda: o caso da fundesol/ce - agência de desenvolvimento local e socioeconomia solidária. In ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, 1., 2004, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Anpad, 2004.

VICENTE, A. J.; BRENDA LIS, J. A.; ALVES, J. A. F. empreendedorismo social: reciclagem de resíduos como fonte de inclusão socioeconômica e de preservação do meio ambiente. **Revista da Micro e Pequena Empresa**, v.2, n.3, p.118-130, 2009.

VIEIRA, M. por uma boa pesquisa (qualitativa em Administração). In: ZOUAIN, D. e VIEIRA M. (Orgs.) **Pesquisa Qualitativa em Administração**. São Paulo: Editora FGV, p. 13–28, 2004.

Recebido em 15/09/2012. Aprovado em 17/12/2012.